

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA**

**Data:** 21/03/2019 - **Hora Local:** 14h30min

**Local:** Auditório da SEINFRA, situado na Av. Luiz Viana Filho, nº 440 - 4ª Avenida - Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador-BA, CEP 41.745-000.

**OBJETO:** Delegação por meio de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão patrocinada, das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção, do Sistema Rodoviário Ponte Oeste - Salvador-Ilha de Itaparica, com fundamento no art. 76 da Lei Estadual nº 9.433/2005, Lei Estadual nº 9.290/2004, Lei Estadual nº 12.209/2011, Lei Federal nº 11.079/2004 e Lei Federal nº 8.666/1993.

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 14h:30min, no local supramencionado, foi realizada a Audiência Pública nº 001/2019, referente ao Processo Administrativo sob nº0900180029320 e apensos, conforme Aviso de Audiência Pública publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia - DOE, Diário Oficial da União - DOU, e Jornais de Grande Circulação, do dia 20 de fevereiro de 2019. A Audiência iniciou-se com o credenciamento dos participantes, e em seguida, a mestre de cerimônia Sra Fátima Ribeiro Brito, convidou para composição da mesa de abertura o Sr. João Felipe de Souza Leão – Secretário de Desenvolvimento e Vice Governador do Estado da Bahia, o Sr. Marcus Benício Foltz Cavalcanti - Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia, o Sr. Bruno Dauster – Secretário da Casa Civil do Estado da Bahia, ao momento que registrou a presença da Sra Deputada Estadual Fátima Nunes, o Sr. Deputado Estadual Eduardo Salles e o Presidente do CREA-BA, Sr. Luís Edmundo Prado de Campos. Em seguida com a palavra, o Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia, Sr. Marcus Cavalcanti, realizou a abertura da Audiência Pública, saudando a todos os presentes no evento, explicando por conseguinte o propósito da audiência, com o cunho de esclarecer dúvidas, responder questionamentos, obter contribuições e sugestões, para o processo licitatório na modalidade de concorrência, objetivando a seleção da melhor proposta, para a delegação por meio de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão patrocinada, das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção, do Sistema Rodoviário Oeste - Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. O secretário relatou o histórico do processo, até culminar na referida audiência, ressaltando a importância da obra para o desenvolvimento sócio econômico da região. A mestre de cerimônia Sra Fátima Ribeiro Brito, retomou a palavra, cedendo a fala ao Secretário da Casa Civil do Estado da Bahia, Sr. Bruno Dauster, que fez diversas considerações sobre a ponte aduzindo que mesma se tratava de uma realidade viável, com os custos e absoluta segurança de viabilidade técnica e econômica da realização da ponte, feita por financiamento e participação de recursos através de aportes do Governo do Estado, prevendo o processo de licitação ainda para o ano de 2019, com o início das obras no ano de 2020, finalizando entre 04 e 04 anos e meio. A mestre de cerimônia Sra Fátima Ribeiro Brito, registrou também a presença da Sra Deputada Estadual Ana Rita Tavares e o Sr. Deputado Niltinho Cardoso, ao tempo que cede a palavra ao Sr. João Leão, Secretário de Desenvolvimento e Vice Governador do Estado da Bahia. O Sr. João Leão, agradeceu ao Sr. Marcus Benício Foltz Cavalcanti, Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia, ao apoio que recebeu desde o início do projeto, e que teve a honra de ser secretário do Sr. Ex-Governador e atual Senador, o Sr. Jaques Wagner no ano de 2010, ano em que trabalhou no projeto com o mesmo, baseado na ponte Salvador/Itaparica, que desencadeou na construção da via expressa, saudando também o responsável pelo projeto Sr. Paulo Henrique de Almeida e toda sua contribuição do projeto da ponte como chefe de toda a equipe, agradeceu também ao Excelentíssimo Governador do Estado da Bahia, o Sr. Rui Costa, Sr. Senador Jaques Wagner, Sr. Senador Otto Alencar, o Diretor de Intermodalismo da SEINFRA, Sr. Mateu Dias, o Coordenador Executivo de Infraestrutura da Casa Civil, Sr. José Carlos, o Sr. Deputado Estadual Eduardo Sales, Sra Deputada Estadual Fátima Nunes, Sr. Deputado Estadual Jurandy de Oliveira, Sr. Deputado Estadual Niltinho Cardoso, o Presidente do CREA-BA, Sr. Luís Edmundo Prado de Campos, o Coordenador Executivo de Projetos Especiais-SEPLAN, Sr. Alberto Valença, Sra Marlylda Barbuda, Prefeita de Itaparica e demais vereadores de Itaparica e Vera Cruz. O Sr. Secretário de Desenvolvimento e Vice Governador João Leão, ratificou que existiu diversas audiências públicas referente a construção da ponte, nos municípios de Itaparica, Vera Cruz, Valença, Salvador, dentre outros, e que a referida audiência pública se tratava da última. Prosseguindo com sua arguição, seguiu informando o trajeto detalhado do complexo da obra composto por túneis, viadutos, ponte, duplicação da BA.001 e a via expressa que será feita na ilha de Itaparica até a ponte funil, fazendo um adendo que a sugestão da construção da via expressa dentro da Ilha de Itaparica, se deu por um morador da ilha, em virtude de evitar possíveis problemas na BA.001 e na ilha em comento. Destacou também, a importância de todo esse complexo, em virtude da aproximação com o baixo sul e o oeste/centro oeste baiano, trazendo benefícios para mais de 250 municípios da Bahia que ficarão mais próximos da capital, fazendo uma estimativa dos benefícios em 10 Municípios durante a concessão em 30 anos, em que a União arrecadará R\$25.104.744.352,00, o Estado da Bahia aproximadamente R\$19.510.038.808,00, e os demais Municípios R\$12.581.000,00, totalizando em torno de 57 bilhões de reais. Encerrando sua palavra, frisou que se trata de uma obra

viável, usando como exemplo a ponte de Macau que conta com 56 km, fazendo uma comparação com a ponte Salvador/Itaparica que terá apenas 12km. A mestre de cerimônia, Sra Fátima Ribeiro Brito, agradeceu a presença das autoridades, sendo desfeita a mesa de abertura, e dando início a segunda etapa da audiência pública convidando para compor a mesa diretora, o Diretor de Atração e Investimento da Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia, Sr. Paulo Henrique, o Coordenador de infraestrutura da Casa Civil, Sr. José Carlos Vale da Silva, o Secretário Executivo de Programa de Parceria Público Privado do Estado, Sr. Rogério Princhak e o Sr. Mateus Dias Diretor de Intermodalismo da SEINFRA. Em tempo, agradeceu a presença do Deputado Estadual Jurailton Santos e o Deputado Estadual José Neto, finalizando. Iniciada a segunda etapa, o Diretor de Intermodalismo da SEINFRA, Sr. Mateus Dias, deu início ao protocolo de encaminhamento da audiência pública, fazendo a leitura do regulamento da audiência e ao finalizá-la, convidou o Sr. Paulo Henrique, para fazer a apresentação do projeto da ponte Salvador/Itaparica. Com a devida palavra, o Sr. Paulo Henrique, adentrou na parte histórica do projeto. Em seguida o expositor ressaltou o seu cunho de desenvolvimento regional, explanando que se trata de levar desenvolvimento para o baixo sul e recôncavo sul. Ademais, seguiu mostrando o benefício que alcançará cerca de 200 municípios chegando até do sudoeste ao extremo sul. Seguindo com a palavra, o Sr. Paulo Henrique fez a exposição do projeto da ponte, apresentando em projeção, os principais dados técnicos, como a sua extensão de 12,4 km, explicando o motivo da cabeceira da ponte se localizar na região do Comércio. Seguindo com a palavra, explicou também o motivo que a cabeceira na parte da Ilha de Itaparica se localizará em Gamelera, que por ser pouco povoada e por ser uma área elevada facilitará a chegada à Ilha. Prosseguindo, o Sr. Paulo Henrique adentrou na parte da linha de desenho da ponte, explanando que não se trata de uma linha reta e sim, uma curvatura em um trecho da costa de Salvador, que segue adentro da Baía de Todos os Santos até seu final, em Gamelera. Ademais, explicou que o motivo se tratou por questões de manobrabilidade para os grandes navios que seguem para o porto de Salvador, explicou também, dados técnicos da ponte como seu vão central, que poderá sofrer um ajuste em função de uma Portaria da Capitania de Portos de maio de 2018, em que alterou as áreas de fundeio da Baía de Todos os Santos, reposicionando o canal de navegação, em que garantiu uma profundidade mínima de 50m sob o vão central. Outros pontos de destaque no projeto da ponte foram: a largura do vão central de 450m, altura de 85 metros e tabuleiro de 36 metros, que ainda poderá ser alterada. Adiante, falou sobre a proteção dos pilares do vão central que seguirá o padrão mundial exigido para águas profundas. Em relação ao tabuleiro, existe a previsão de 06 faixas e mais 02 acostamentos, podendo acontecer modificações resultantes de novas simulações e projeções que o Governo ainda vem estudando. Seguindo com a palavra, o Sr. Paulo Henrique, informou que a modalidade PPP (Parceria Público Privado), será uma concessão com duração de 35 anos, 05 anos de construção e 30 anos de operação, com investimento total incluindo a parte viária do trecho Salvador/Itaparica, de R\$5.342.000.000,00 e R\$1.200.000.000,00 de aporte público estadual em duas tranches, no 4º e 5º ano. Além disso, o Estado poderá vir a participar do capital da concessionária em até R\$310.000.000,00. afirmou que a ponte, se sustentará com receitas tarifais, receitas acessórias e contraprestações anuais ainda em discussão de R\$ 60 milhões. Foram apresentados os valores das tarifas, mostrando as vantagens em tempo de travessia e competitividade de preço referente às atuais opções para o deslocamento para a Ilha de Itaparica, salientando que, para o deslocamento em massa, haverá linhas de transporte público devidamente integradas a rede metroviária de Salvador com tarifas menores que as atuais praticadas pelo ferry e lanchas, as quais não são integradas ao sistema de transporte metropolitano. Fechando a explanação, foi feito um comparativo com a região do litoral norte, demonstrando o potencial de crescimento das cidades da região beneficiadas com o projeto do Sistema Viário Salvador/Itaparica. Retomando a palavra, o Sr. Mateus Dias, deu início aos pronunciamentos, ficando a leitura das contribuições por escrito para a sequência. O primeiro inscrito, foi o Sr. Paulo Roberto Villa, representante da Associação de Usuários dos Portos da Bahia, ao tempo em que o Sr. Mateus Dias, pediu que os pronunciamentos fossem feitos no púlpito para garantir um ângulo de filmagem favorável, e lembrou aos que não puderem fazê-lo, que teriam a garantia de fala e filmagem assegurada. O Sr. Paulo Roberto Villa, abordou o traçado geométrico da ponte, que restringeria as manobras dos navios no porto de Salvador, elevando o grau de risco e acidentes, dificultando e onerando a atividade no porto, observando ainda, que o porto de Salvador tem o melhor acesso marítimo do Brasil e que não se pode perder essa qualidade. afirmou, que o traçado da ponte não deveria ser sobre a poligonal da área do porto, citou também o trecho que poderá ser ajustado, conforme foi dito e apresentado por desenho pelo Sr. Paulo Henrique. Considerou que o trecho confere risco, não apenas para a navegação, como para a própria ponte, pois caso um navio se desgarrar por motivos climáticos, poderia atingir a plataforma da ponte, envolvendo assim, um seguro mais alto e manobras mais caras, logo, deveria ser melhorada para não comprometer o porto de Salvador. Ademais, afirma que está em desenvolvimento, um projeto de construção do superporto de Salvador, o único do Brasil que terá capacidade de receber navios de até 470m de comprimento, e questionou o projeto do vão central, que provocaria um efeito gargalo. Salientou também, que os

---

85m de altura da ponte, sepultaria a oportunidade da Bahia abrigar indústrias navais que exigem altura para passagem de até 130m, com isso, sugeriu que fossem feitas alterações para impedir essas restrições que comprometeriam as importação e exportação, as atividades portuárias e a indústria naval. O Sr. Mateus Dias, passou a palavra ao Sr. Paulo Henrique, que esclareceu, que o trecho da poligonal poderá ser aperfeiçoado, quanto a hipótese de Salvador receber navios de 470m, se espera que apenas dois ou três portos por continente funcionem com esses tipos de navios e a hipótese de que Salvador poderia se tornar um desses portos, teria ainda que ser demonstrada. Ademais, as dimensões do vão central são compatíveis com as normas existentes (ABNT), e a altura de 85m não sepultará a indústria naval na Baía de Todos os Santos, já que, a nova política da Petrobrás e seus sócios é que as novas plataformas sejam construídas em módulos, e não plataformas prontas, não justificando por tanto, um projeto com altura maior que o previsto atualmente, para a simples atividade de manutenção de plataformas na Baía de Todos os Santos. O benefício proposto não teria um custo razoável, visto que o projeto do sistema viário alavancará a economia regional em dezenas de bilhões de reais ao longo da sua concessão. O Sr. Mateus Dias, seguindo o regulamento, indagou ao Sr. Paulo Roberto Villa se o mesmo faria uso da réplica de dois minutos, sendo aceito pelo mesmo. Novamente afirmou o Sr. Paulo Roberto Villa, que pelo menos no tocante a manobra, que o projeto deveria garantir ao menos para navios de 400m, que este ajuste seja feito talvez em alguma curva, ou que o afastamento do trecho deveria ter mais conforto, evitando o risco de uma embarcação se chocar na plataforma da ponte, e, na questão do vão central, seria uma renúncia a indústria de óleo e gás, muito importante para Baía de Todos os Santos. Sugeriu ainda o orador, que se analise outra alternativa por outra direção da Ilha de Itaparica. Retomando a palavra, Sr. Mateus Dias, agradeceu a contribuição e prosseguiu com a rodada de pronunciamento, passando a palavra ao Sr. Deputado Estadual Hilton Coelho, momento em que fez um adendo, lembrando que, segundo o regulamento, o tempo das perguntas não deveria passar 06 minutos para os representantes de instituições e grupos interessados. O Sr. Deputado Hilton Coelho, inicia sua fala perguntando quem dos presentes não tem receio de que a ilha de Itaparica se transforme em um grande bairro de Salvador. O mesmo questiona se os moradores de Itaparica e de Salvador foram ouvidos quanto da vontade de ver a sua cidade como um arranha céu de Salvador. Quem perguntou a toda a Bahia se querem renunciar a um grande balneário. O deputado critica os impactos ambientais que a obra trará a cidade, além da falta de oitiva dos moradores para atender os seus anseios e os impactos sociais. Em seguida o Sr. Paulo Henrique replica no que diz respeito ao tema da audiência, a ilha de Itaparica irá se urbanizar e em função disso o estado investiu na elaboração junto às prefeituras de novos Planos Diretores – PDDU’S, tanto para o município de Vera Cruz, quanto para o município de Itaparica, além de planos de desenvolvimento intermunicipais e outras atividades do campo urbanístico. Essas atividades são coordenadas pela Arquiteta Graça Tourão, que envolveu a construção de um grupo de trabalho na Ilha, no qual participaram representantes da comunidade, em mais de uma centena de reuniões. Seguindo com sua argumentação, o interlocutor relata não ter havido outro projeto na história do Estado mais discutido que esse. Ao longo de 08 anos, houve ainda dezenas de eventos, inclusive muitos em Vera Cruz e Itaparica. Sobre as audiências públicas, essa é a 4ª reunião. O deputado em réplica questiona a postura do governo, em cumprir o plano da cidade, dizendo que primeiramente, devem ouvir a população para conhecer a sua vontade quanto a obra, apresentando os estudos que fundamentam a construção da ponte. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamento, passando a palavra ao Sr. Cleidson da comunidade UNIBOM, que critica a postura dos idealizadores do projeto, quanto a consulta aos moradores da ilha de Itaparica, no que tange a realização da obra. O mesmo relata que a cidade tem urgência de melhorias sociais e que o seu desenvolvimento deve acompanhar a projeção de crescimento, pelos estudos e projetos feitos. Sugere ainda, em sua oratória, que sejam realizadas mais consultas à população no que concerne a construção da ponte. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamento, passando a palavra ao Sr. Edelsonio Liberato da sociedade Civil, que questiona quanto à localização da chegada da ponte em Salvador, além dos possíveis malefícios que podem trazer nas questões sociais e de infraestrutura hídrica no município. O Sr. Edelsonio questiona, ainda, sobre os impactos ambientais que irão atingir as marisqueiras e pescadores. Sugeriu inserir o sistema ferroviário no projeto. O Sr. Paulo Henrique, em resposta concorda quanto à necessidade de melhorar a infraestrutura hídrica dos municípios impactados pelo projeto. Quanto à chegada da Ponte em Salvador, argumenta que dois túneis novos seriam construídos para garantir a passagem do tráfego naquele gargalo que se formaria na via expressa. A projeção para a ilha em relação aos seus habitantes em 35 anos foi estimada em 240 mil pessoas pelos estudos realizados até o momento. O Atendimento às demandas de saneamento básico na Ilha serão prioridades, relatou o representante do Governo. Com a réplica o Sr. Edelsonio persiste na crítica das questões sociais com o crescimento populacional, sugerindo uma saída ferroviária. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamentos, cedendo a palavra ao Sr. Moisés dos Palmares, morador de Vera Cruz, que informa a sua preocupação quanto a desapropriação das famílias da contracosta da ilha e

---

critica as medidas adotadas para a travessia dos estudantes da ilha. O Sr. Paulo Henrique responde que não há qualquer desapropriação na contra costa da ilha no projeto. A desapropriação se dará apenas na faixa de domínio das rodovias e na chegada da ponte. Quanto aos estudantes, ficará mais barata a passagem, mas que depende também do projeto de PDDU na câmara de Vera Cruz para as devidas aprovações. O Sr. Moisés replica que os poderes públicos precisam se unir para a discussão do PDDU, critica ainda a falta de participação da população nas decisões da construção. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamentos, passando a palavra ao Sr. Zé Pescador, Diretor Presidente da PROMAR, que critica a negligência do projeto quanto as questões ambientais, pois tal construção será feita em um território que foi esvaziado para um colegiado bastante importante para a unidade de conservação da Baía do Todos os Santos. O mesmo diz que a ilha precisa ser um lugar que a sustentabilidade do empreendimento seja marcante para o desenvolvimento dos negócios da ilha. Sr. Zé pescador critica a mobilização do Estado quanto a participação popular na construção da obra. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamentos, passando a palavra ao Sr. Afonso da Mobilidade Urbana, que questiona se além da ponte existem outras infraestruturas viárias previstas, se o valor pode ser alterado, se a população local será envolvida no projeto e quais as responsabilidades sociais das empresas que construirão a ponte. Sr. Afonso critica a retirada das duas embarcações da travessia Salvador-Itaparica e que não vê mobilização por parte do Governo do Estado. O Sr. Zé Carlos, da Casa Civil, responde sobre as questões sociais, explicando que no projeto tem questões ambientais importantes, como a exemplo da licença ambiental prévia, que está liberada e atestada sua viabilidade, pelos órgãos competentes. Existem programas de monitoramento ligados a fauna marinha, programas socioeconômicos relacionados ao objeto de construção da obra, como geração de emprego e renda na região, qualificação da mão de obra local. Pontos estes que estão previstos na licença de implantação. Sr. Afonso replica, perguntando se o governo federal irá participar da construção da ponte, sendo respondido de prontidão pela mesa que, na primeira fase da obra (parte marítima e insular) não está prevista tal participação. Há possível participação do Governo federal se daria na segunda etapa, que é o trecho continental, que fará a ligação do sistema com a BR-101 (Ponte do funil a Santo Antônio de Jesus). O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamento, passando a palavra ao Sr. Jorge Carvalho, Vereador e Presidente da Comissão da Ponte Vera Cruz, que demonstra sua preocupação quanto ao Sucateamento que a Ilha vem sofrendo há 30 anos. Sr. Jorge critica a situação da Saúde quando é usada para o atendimento ao visitante, onde informa que se há 300 atendimentos, na única UPA existente, 260 atendimentos são para turistas. O mesmo questiona sobre as audiências e a oitiva da população de Vera Cruz. Sr. Jorge informa que tem audiência marcada na Câmara municipal de Vera Cruz para discutir o PDDU no dia 30 de Abril e que este PDDU feito pelo Governo do Estado e entregue neste mês, não será aprovado pela câmara, por entenderem que este deve ser aprovado para atender os interesses da cidade. Sr. Jorge demonstra sua preocupação quanto a questões ambientais na região da Gameleira, que já se encontra desmatada e relata as possíveis consequências, quanto a construção da ponte na área da segurança pública, afirmando que Vera Cruz se tornará um bairro de Salvador. Reitera que a longo prazo, a cidade não terá condições de acompanhar o crescimento populacional oriundo da construção da ponte. Questiona quanto a criação de universidades, Hospitais com UTI's, valores do ferry boat, aquisição de novas embarcações quanto a continuação da travessia, durante a construção da ponte. O Sr. Paulo Henrique responde que não se opõe a participação de audiências na Ilha e que inclusive a primeira reunião foi realizada no município de Itaparica, a segunda no município de Vera Cruz. Sr. Paulo Henrique informa que é esperada, uma população de 240 mil habitantes para a ilha ao longo de 30 anos, e concorda com o Vereador que a infraestrutura da ilha deve ser melhorada antes da inauguração da ponte bem como depois. Reitera que há uma série de investimentos previstos no Plano, que foram levantados a partir de discussões com a comunidade, sejam questões de Saúde, de ensino técnico e superior, sendo a ideia que sejam incluídas tais ações no próximo PPA do Estado. Com relação ao Ferry Boat, segue afirmando que este tem um problema desde a sua inauguração. Trata-se de um ciclo vicioso. As cidades não se desenvolvem, pois possuem um gargalo logístico. O Ferry tem uma demanda em função disso, altamente sazonal, feriados, verão e o restante do tempo o movimento cai. Significa dizer que temos um problema de serviço difícil de solucionar. Aumentando as embarcações, aumentaremos a capacidade ociosa em boa parte do tempo, e alguém terá que subsidiar isso, seja o Estado ou contribuinte. Reduzindo o número de embarcações melhoramos a rentabilidade do negócio, reduzimos o subsídio estatal mas a qualidade do serviço piora. O serviço é ruim, é uma realidade para a qual não temos a solução. O Sr. Jorge replica, informando que não é contra a ponte. Nem contra, nem a favor. A reunião marcada para o dia 16, é para ouvir a população. Pois não podem passar um cheque em branco para o Estado sem saber as consequências para a população. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamento, passando a palavra a Sra. Ane Sales, Assessora da Deputada Fabíola Mansur, que relata não ser contra a construção da ponte, mas que não quer que a ponte seja contra os moradores da Ilha de Itaparica. A mesma sugere

---

que não seja esta a última audiência pública. A população deve ser inserida na discussão. A Sra. Ane Sales afirma que falta uma maior comunicação do governo para com a população. Há uma preocupação quanto aos picos de energia ocorrentes com 70 mil habitantes e projeção daqui há 30 anos, quando chegar a 240 mil. Serviços de saúde, serviços como os da COELBA, EMBASA, precisam acompanhar o desenvolvimento dos municípios. Ela relata que a população da Ilha precisa ser convencida. Sr. Paulo Henrique informa que esta é uma preocupação que o estado teve já no início do projeto em 2010, a proposta era duplicar a BA-001, por um caminho mais fácil, para que não corte a cidade, retirando o tráfego de passagem de dentro das comunidades. A concepção da obra teve uma preocupação ecológica importante. O Sr. Paulo Henrique reitera não ser contrário a realização de uma nova audiência na Ilha, levando a Secretaria de Recursos hídricos e demais órgãos envolvidos para que foquem nas questões sociais, para informar o que foi pensado no projeto para tais áreas. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamentos, passando a palavra ao Sr. Lenito Pinheiro, liderança metropolitana. Sr. Lenito critica o projeto e as demais obras que serão envolvidas na construção da ponte. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamentos, passando a palavra ao Professor Emilio, da Comunidade de Itaparica, que inicia sua fala informado que abordará 03 pontos: Modelo de desenvolvimento, objeto e qualidade das audiências realizadas e cumprimento do que foi deliberado. Quanto ao modelo de desenvolvimento, ele questiona quem desenvolveu a baía de todos os santos. O governo estimula o turismo náutico, e do outro lado o estaleiro do Paraguaçu, agora a ponte, há um conflito de ações. Sobre as audiências que houve, as condicionantes apresentadas no município de Itaparica, estão colocadas de forma superficial através de programas, as medidas mitigadoras e os impactos de vizinhança não foram publicados, 2 anos e meio sem diálogo com a comunidade, somente com a China, se estabeleceu um diálogo com os chineses e não aqui, a cidade acaba ficando sem fala. Sobre a capacidade de cumprir, fora prometido pela SEPLAN que já estava no orçamento de 2016 à 2019, sobre a ampliação do hospital com o projeto de policlínica, foi feita na cidade de Valença, fazendo com que os moradores se desloquem de ônibus para o atendimento. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamentos, passando a palavra ao Sr. Carlos David, morador de Madre de Deus, que concorda com a construção da ponte e sugere que a empresa vencedora da concorrência pública, fique responsável pelo desenvolvimento da ilha no que diz respeito a construções de delegacias, hospitais e escolas. Demonstra sua indignação sobre a falta de consulta do governo à população. O Sr. Mateus Dias, agradece a contribuição e prossegue com a rodada de pronunciamento, passando a palavra ao Sr. Na Fé Chico, que relata a importância da vinda da ponte para Salvador e Itaparica, e que o desenvolvimento precisa chegar, assim como foi na avenida paralela. O mesmo fala da importância da ponte para o crescimento da economia local. Sr. Na fé Chico sugere que a Mão de obra venha da população da Ilha. Com a palavra, o Sr. Mateus Dias Encerra a fase de Manifestação Pública, ressaltando que conforme o regulamento as inscrições para a manifestação se encerram ao final da apresentação. Com a palavra, o Sr. Rogério Princhak faz a leitura de alguns questionamentos, sugestões e contribuições, dando respostas de pronto: Sr. Luiz Valença questiona que, nos estudos econômicos do projeto sistema viário oeste foram estimados um “ inside financeiro’ dos impactos do incremento tributário na implantação da ponte no seu entorno, bem como município da região? O volume de arrecadação com a concessão no horizonte dos 20 anos, bem como as expectativas de novos investimentos nas regiões da ilham, recôncavo e baixo sul? enfim, um dimensionamento dos investimentos e o retorno nos 20 anos, bem como as expectativas de avanço, sócio econômicos e ambientais do projeto. O Sr. Rogério Princhak responde que não. Os incrementos tributários, serão utilizados para justificativa e fundamentação do projeto como um todo. Mas do projeto da ponte, não foi considerado para abater valores. Sr. Cardoso Davila questiona o que segue: vamos falar nas situações que vem pela frente, como vamos viver, na capital onde não mais podemos andar, nem estacionar e morar, então a ponte é de uma grande importância, para o desenvolvimento da Bahia. A solução é construir a ponte, se não daqui a cinco anos não vamos mais conseguir viver em salvador. Parabéns, venha com força e vontade de atravessar esse mar, obrigado. Sendo respondido pelo Sr. Rogério Princhak que tais considerações já foram elencadas em uma das manifestações. Sra. Cristina Ferreira, questiona que caso ocorra a passagem de carros em mão única, não será um gargalo na travessia marítima? Sendo respondido pelo Sr. Rogério Princhak que, está em estudo a possibilidade em um período de alta estação, principalmente aos finais de semana, uma possibilidade de aumentar e diminuir as faixas de ida e volta, mas preservando no mínimo duas faixas por sentido de tráfego. Sr. Adaustino Braga Alves questiona que um dos grandes problemas das rodovias não só da Bahia, mas do Brasil e do mundo são as ocupações irregulares das faixas de domínio. A construção da ponte SSA-Itaparica, atrairá um maior fluxo de veículos para trafegarem nas rodovias BA 001 e 46 que deverão ser também para outras. Nessas rodovias existem grandes bolsões populacionais e diversas outras ocupações isoladas. Quais as medidas contempladas nesse projeto para que ele se integre do de rodovias seguras? Se houver necessidade de remanejamento da população inteira existem projetos que contemplem o seu acolhimento? Existem preocupação e projeto visando a duplicação das



rodovias BA 001 e 046 ou de criação de novos corredores para atender ao novo fluxo de veículos? Sr. Rogério Princhak responde que, está prevista a desapropriação somente na rodovia, como foi exposto anteriormente por Paulo. Sr. Damião Moreno questiona Qual o critério de aplicação da tarifa promocional (dias úteis)?; Será divulgado o volume de tráfego; segregado por “Tráfego induzido e atual” e o “Tráfego induzido”?; Isto para permitir a aplicação das diferentes taxas de crescimento; A Fórmula de reajuste anual da tarifa prevê que o IPCA (nova tarifa) será o do mês anterior à data do reajuste; Entendo que para garantir o reajuste anual, ou seja, 12 meses, o IPCA também deverá retroagir um mês. Meu entendimento está correto? Sr. Rogério Princhak responde que vai seguir o modelo do contrato de concessão, considera desde o primeiro reajuste, no curso de um mês, você considera o IPCA, considera o mês anterior mais o ciclo de 12 meses. Sobre o critério de tarifa promocional, será em dias úteis e está se prevendo que em um período de 24 horas se pague o valor de 50 reais para ir e voltar. O valor sera segregado por tipo de veículo. Vai se verificar a incongruência do valor do orçamento base em relação ao capex final apontado. Sr. Luis Edmundo Campos questiona quais as opções estudadas no lado de Salvador. Não podemos ter o mesmo problema que a Ponte Rio – Niterói, onde limita a passagem de grandes embarcações para dentro da BTS? Com a retomada de possíveis construções de plataformas em São Roque. Foi estudada a viabilidade com tuneis, como já usado em outros locais do mundo e Santos/Brasil, pelo menos no trecho central. Foi estudado o uso de outros modais como Trem/Metrô/ciclovias/Tubulações de serviços, etc. Sr. Rogério Princhak responde que o Sr. Paulo explicou que está previsto a construção de 02 tuneis para desafogar o gargalo de trafego. Sr. Lenito Pinheiro, liderança metropolitana, questiona que no Projeto Ponte Salvador/Itaparica há falhas gravíssimas 1º) Faltam linhas férreas p/auxiliara est. Tocantins/Ilhéus. 2º) Linha férrea p/metrô turístico. 3º) Descarga no istmo é impraticável devido ao gigantesco fluxo e atualmente o vale Barro Reis se acha murado pelo metrô e a via Expressa/Porto. 4º) A Ponte está projetada para atender pneumáticos e cartão postal. 5º) Alegação e valor não convence porque quem arcará será o pedágio de 30 anos. Sr. Rogério Princhak responde que não há previsão de transportes sobre trilhos, é uma ponte rodoviária. Em que pese, há previsão de transportes de massa acessíveis a população. Sr. Antonio Magno, ex-prefeito de Vera Cruz questiona que Considerando a expectativa de desenvolvimento/crescimento na região, principalmente a partir da Ilha, Salinas, Nazaré, etc. Pergunta: Está previsto solução de transporte de massa SSA/ Ilha e Região via Ponte? Sr. Rogério Princhak responde que sim. E diz que está prevista o estudo e a devida solução do transporte de massa. Sr. Tânia Gomes, Engenheira da CODEBA, questiona que seja revisto o traçado da ponte Salvador – Ilha de Itaparica, no que diz respeito a proximidade com a bacia de manobra, canal de acesso e instalações do Porto Organizado de Salvador considerando as interferências que impossibilitam o crescimento operacional dessa unidade portuária. Sr. Rogério Princhak responde que o Sr. Paulo comentou a possibilidade de ser reavaliada a situação de acostamento. Sr. Luiz Hebert Silva Motta questiona qual o efeito do impacto dos pilares, no que diz respeito as correntes marinhas tendo em os efeitos de enchentes e vazantes das mares. Efeitos do transporte de sedimentos, decorrentes do efeitos consequentes das barreiras que os pilares e suas bases, terão sobre o fluxo das correntes marítimas? Simulações em modelo computacional das consequências e impacto nos aspectos ambientais, resultados e mitigação o que se tem identificado? Sr. Rogério Princhak responde que foi feito um estudo ambiental, disponibilizado o projeto e estudo para consulta pública, inclusive será disponibilizado também na licitação. Sr. Uendel Alves questiona se existe a possibilidade de a ponte sair da Orla do Subúrbio? Sr. Rogério Princhak responde que sobre a possibilidade de sair do subúrbio, foi dito por Paulo Henrique que foram feitos estudos na localização e não mostraram viabilidade financeira, ambiental e técnica. Verificado pelo menor impacto ambiental também na circulação de navios. Sr. Edson Santarini, sugere que o nome da ponte seja Maria Filipa. Sr. Rogério Princhak responde que será registrada e levada a quem compete. Anônimo questiona o que impede que essa ponte ao “bombar” (como dito aqui) não cause exatamente o mesmo problema de engarrafamento e transtornos que no Litoral Norte – citado aqui como exemplo de desenvolvimento e para o qual foi necessário duplicar a estrada? Como se explica o projeto hoje de uma ponte exclusivamente rodoviária, sem previsão de substituição de transporte diesel p/ elétrico; de individual para coletivo no transporte de pessoas e também de carga ? Como se justifica gastar tanto para uma ponte apenas rodoviária cujo horizonte de vida é de 100 anos? Sr. Rogério Princhak responde que o numero de faixas da ponte tem um impacto no valor da construção, porem os estudos feitos, confirmaram que o numero de faixas atenderá a projeção da população em 40 anos. Sr. Jose Carlos Toneto, representante da Associação Comercial e Empresarial de Santo Antonio de Jesus, questiona que como se chegou a um valor de pedágio de R\$ 40,00? Sugerindo que além dos critérios técnico de melhor preço e outros fatores que decidirão a concessionária que explorará a futura ponte, que seja acrescido como critério de classificação o menor preço de pedágio, como foi o da BR.324. Por fim, Sr. Rogério Princhak responde que para definição do valor de pedágio foi feito um estudo através de chamamento público, onde foram apresentados projetos e cálculos em relação ao impacto que daria maior viabilidade ao projeto. Sobre os critérios, será analisado qual a melhor alternativa. O modelo de concessão do governo federal geralmente emprega o

menor valor da contraprestação pública. Com a palavra, Sr. Mateus Dias informa que a SEINFRA registrará a Audiência Pública em Ata, que será lavrada e assinada pelos integrantes da Mesa Diretora e à qual será anexada a lista de presença dos participantes, sendo esta divulgada pela SEINFRA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a realização do evento: no site da SEINFRA e no DOE e por conseguinte declara encerrada a Audiência Pública. Nada mais havendo para se tratar, a sessão foi encerrada, indo esta assinada por nós, Kayus Átila Leite Lopes e Matheus Siloti Brito Mororó, e por toda a mesa diretora. Salvador, 21 de março de 2019.

MESA DIRETORA DA AUDIÊNCIA		
FUNÇÃO	NOME	ASSINATURA
MEMBRO DA MESA DIRETORA	Mateus da Cunha Dias	
MEMBRO DA MESA DIRETORA	Paulo Henrique de Almeida	
MEMBRO DA MESA DIRETORA	José Carlos Vale	
MEMBRO DA MESA DIRETORA	Rogério Princhak	
RELATOR	Kayus Átila Leite Lopes	
RELATOR	Matheus Siloti Brito Mororó	